

BARÃO DE RAMALHO

Brasil Bandecchi (*)

ABSTRACT

In an objective synthesis, the author examines the life and works of Barão de Ramalho, a man who lived from the end of the Colony days till the beginnings of the Republic, a most important period in the history of Brazil. Abandoned by his father, he was brought up by the Ramalho family, from whom he got his name. Being a poor but diligent youth, he took his degree at the Faculty of Law (São Paulo), becoming a professor and eventually the director of this institution. He was elected for public offices, took part in the founding of the freemason's lodge Piratininga, and received his diploma from Barão de Caxias, the future Duke. His was a long life devoted to the public cause. São Paulo also owes him the construction of the Museu Paulista building.

A vida do Barão de Ramalho é um exemplo de quanto pode um homem de vontade e de caráter.

Filho de José Joaquim de Sousa Saquete, espanhol, médico licenciado, Joaquim Inácio Ramalho nasceu na cidade de São Paulo em 6 de janeiro de 1810. Ainda em tenra idade foi abandonado pelo pai, que o deixou com a família Ramalho, a qual o criou, educou e lhe deu um lar. E mais ainda, o seu próprio nome.

E foi tão abandonado pelos genitores, que no termo de matrícula na Faculdade de Direito de São Paulo não aparecem os nomes de seus pais e no livro de registro de diplomas há a declaração de que é "filho de pais incógnitos". Seu pai, segundo José Jacinto Ribeiro (*Cronologia Paulistana*, II, p. 260), faleceu em Tatuí, onde vivia.

Quando Joaquim Inácio foi agraciado, em 7 de maio de 1887, com o título de Barão da Água Branca, comunicou a D. Pedro II que só aceitaria a dignidade se fosse com a designação de Ramalho em homenagem e reconhecimento à família modesta à qual devia tudo, e o Imperador, compreendendo a nobreza das suas razões, com um novo decreto, de 28 do mesmo mês e ano, distinguiu-o com o título de *Barão de Ramalho*.

Almeida Nogueira (*Tradições e Reminiscências*, II, p. 79) descreve o estudante Joaquim Inácio Ramalho como sendo de "estatura regular.

(*) Membro do Conselho Administrativo do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, da Academia Paulista de Letras, da Academia Paulista de História, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



claro, pálido, olhos castanhos, cabelo e barba “en collier”, bigodes raspados, expressão fisionômica franca e bondosa”.

Bom estudante, de rara inteligência. Um dos primeiros.

Conhecia bem filosofia, história e matemática, matérias essas que lecionava em sua casa, na rua da Consolação, onde sempre morou. E com este trabalho obtinha recursos para seus estudos, em meio às agruras de uma mocidade pobre e difícil.

Na Faculdade fez sólida amizade com José Crispiniano Soares, futuro Conselheiro Crispiniano, e Manuel José Chaves, com os quais ingressou na Maçonaria, tendo o último, depois, se afastado dessa sociedade.

Como Ramalho, Crispiniano era de origem simples, humilde mesmo. Filho de pai desconhecido. Estudou com sacrifício, embora auxiliado por mãos generosas. Foi contínuo do Palácio do Governo, no Pátio do Colégio. Mas pelo seu valor e pela sua cultura, veio a subir como presidente da Província de São Paulo as mesmas escadas que varrera, 30 anos antes, como modesto empregado. Com ele Ramalho escreveu um *Tratado sobre as fontes do direito positivo para servir de introdução a um curso de direito pátrio*.

Ramalho, que marcaria sua presença na História Pátria, quer como idealista, lutando principalmente pela abolição, quer como homem público, seria antes de tudo um mestre. O mestre na cátedra de direito, o mestre pelo exemplo e pelas atitudes, o mestre na Ordem à qual dedicou grande parte da vida.

Mesmo antes de terminar o curso jurídico, foi nomeado, a 3 de abril de 1834, professor substituto de Filosofia Racional e Moral e, em 1836, seu titular efetivo. Formado em direito, em 25 de outubro de 1834, já em abril de 1836 defendia tese de doutorado, sendo aprovado com um modesto simplesmente. A partir daí começa sua carreira no magistério superior e na advocacia, onde devia brilhar pela austeridade, pela cultura e pelo espírito humanitário e filantrópico. De professor substituto do Curso Anexo, com 24 anos de idade, a Diretor da Faculdade, por duas vezes, sendo que seu último mandato terminou quando contava 91 anos, Ramalho foi sempre de uma energia férrea, sem intervalos e sem descanso, deixando a todos o exemplo edificante do que é uma grande vida no trabalho diuturno, colocando todos os dias uma pedra da construção de um ideal superior.

Morava, como disse, na rua Consolação. Uma casa grande na tranquilidade de uma chácara. Entre sua casa e a parte propriamente dita da cidade, mediava o vale do Anhangabaú. Se a distância entre os dois pontos não era longa, o caminho era tortuoso e difícil. Descer e subir as encostas do Anhangabaú, passando sobre a ponte do Lorena, não era lá muito cômodo. Mas o nosso Ramalho tinha um burro forte e bom que lhe amenizava os percalços da caminhada. E enquanto dava aula, o animal ficava

preso por uma corda a uma argola, na porta da Academia. Tão respeitado era o mestre que os estudantes, sempre irreverentes, nunca fizeram troça com o burro. Dizem que, vez ou outra, algum estudante, gracejando, o chamava de colega e não encontrei na crônica acadêmica nenhuma referência de que o burro se houvesse ofendido.

Ramalho praticava filantropia através das sociedades secretas a que pertencia, como, também individualmente, sem alarde e sem trombetas. Certa senhora de condição humilde, e de suas relações, lamentava-se de que a casa em que residia ia ser vendida e ela não tinha onde morar. Ramalho procurou saber quem era o proprietário e adquiriu a casa, garantindo, assim, tranqüilidade à aflita inquilina. Mais ainda. Sabendo-a pobre, não lhe cobrava aluguel, disposição essa que seus sucessores respeitaram em homenagem à vontade do Barão. Pânfilo de Assunção, que foi seu amigo e com ele trabalhou em seu escritório nos últimos anos, no *Album Imperial* (n. 14, ano II, 1907) escreve:

“Como caráter sem jaça, o Barão era igual em todas as manifestações de suas convicções.

Assim era católico convicto, mas sem obsecações absurdas, aliás incompatíveis com sua alta cultura jurídica.

Eram deliciosas as turras que se trocavam entre ele e o seu velho amigo dr. Chaves, nosso cotidiano freqüentador do escritório.

O Barão sempre gracejando procurava irritar o dr. Chaves, que, quase sempre zangado, se levantava e começava a fechar as janelas, dizendo:

— Joaquim, fica lá com os teus Belzebuths, que eu fico com o meu Deus. Vamos embora . . .

Tomando uma pitada de rapé, o dr. Chaves contava muito seriamente que, estando a ler a vida de São Tomás, se admirara da perfeição a que ele havia chegado, conseguindo só dormir três ou quatro horas por dia.

Depois de ter o dr. Chaves feito algumas considerações, o Barão, com um sorriso característico, perguntou:

— Mas você acredita nisso, Chaves?

— Já vindes com vossas heresias. Acredito. Por que não hei de acreditar?

— Pois eu não acredito, replicou o Barão com uma risada.

Noutra ocasião, o dr. Chaves fazia espírito com o Barão, por ser ele maçom, e lhe chamava hereje.

O Barão, com seu costumado sorriso, inventivou ao dr. Chaves:

— Mas você também foi maçom.

— Por minha desgraça, retrucou o dr. Chaves, mas arrependi-me a tempo.

— Olhe, Chaves, pois eu se estou pecando tenho quem peça no céu perdão por mim, porque no dia em que me iniciei vi ao meu lado o meu prelado, e foi orador um padre...”.

O Barão de Ramalho não só se encontra entre os fundadores da Loja Piratininga, em 1850, como foi seu venerável durante 40 anos, isto é, da sua fundação até 1890. Esta loja tem seu diploma de reconhecimento assinado pelo Barão de Caxias, depois Duque de Caxias e condestável do Império.

Abolicionista, Ramalho propôs e conseguiu que na sua loja não fosse admitido qualquer candidato que traficasse com escravos.

Spencer Vampré, mestre querido de muitas gerações de estudantes, inclusive da minha, nas suas *Memórias para a História da Academia de São Paulo* (2.^a edição, I, p. 191) informa que “a abolição da escravatura lhe deve serviços inestimáveis, pois Luís Gama, José do Patrocínio, Antonio Bento e outros abolicionistas nunca recorreram em vão a Ramalho e à Loja Piratininga.

Mais tarde — continua Vampré — quando se tornaram críticas as relações entre a Igreja Católica e a Maçonaria [referência à Questão Religiosa], teve Ramalho a coragem de manter-se fiel aos seus princípios, sustentando que não via razões de não se entenderem, no terreno da caridade e do amor ao próximo”.

Spencer Vampré, na sessão de 25 de outubro de 1920, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pronunciou um discurso sobre a vida e a obra do Barão de Ramalho, descrevendo e analisando os seus momentos mais importantes e ressaltando sua bondade de alma, o seu alto civismo e os seus talentos, que fizeram dele um dos homens mais notáveis do seu tempo (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1937, vol. XXXIII, p. 389).

Em 1881, Brasília Machado pronunciava-se sobre o grande mestre, dizendo que ele foi educado na rígida escola dos costumes paulistas e que pertencia àquela nobre geração de lutadores que deixou exemplos imorredouros com os Andradas, Tobias, Feijó, Paula Sousa, Rodrigues dos Santos, Álvares Machado, Costa Carvalho e tantos outros.

“Ao estudo aturado — dizia — devera a sua elevação na sociedade, onde entrara desprotegido da fortuna e desafo do peso dos nomes de

ilustres avoengos; e por isso sempre consagrou aos ensinamentos do magistério e aos debates de uma advocacia honesta os seus melhores anos e frutos mais sazonados do seu profundo talento de jurisconsulto". E mais adiante: "Mas aquela energia como que se avigora contrariando a fraqueza do corpo. O Conselheiro Ramalho, enquanto outros mais novos do magistério deixam a disciplina e recolhem-se a um viver mais calmo, continua a doutrinar as gerações acadêmicas com a dedicação e coragem com que encetou a sua existência de mestre".

Dos cargos políticos que Joaquim Inácio Ramalho ocupou, temos: vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo (1845); deputado e presidente da Assembléia Provincial (1842-1843; 1866-1867 e 1868-1869); eleito deputado à Assembléia Geral, por Goiás, ao mesmo tempo que presidia aquela província (1845-1848). Em 1875, numa das tentativas para se organizar, em São Paulo, o Instituto dos Advogados, foi escolhido para seu presidente.

O Barão de Ramalho grangeou tal autoridade perante seus pares, em qualquer das organizações a que pertencia, que sua palavra tinha força de lei.

Contam que, certa vez, a Congregação da Faculdade de Direito decidiu contra suas convicções, em determinado assunto. Ele assim se manifestou:

— A Congregação decidiu... mas eu não cumpro...

E não cumpriu. E ficou por isso mesmo.

Sua obra de jurista está reclamando especialista que se detenha em analisá-la com vagar e profundidade, basta dizer que as *Instituições Orfanológicas*, a *Praxe Brasileira* e os *Elementos do Processo Criminal* são verdadeiras consolidações do que mais seguro haviam afirmado jurisconsultos nacionais e portugueses (Vampré — ob. cit., I, p. 188). Cândido Mendes de Almeida classificou sua *Praxe Brasileira* como trabalho de maior vulto escrito por jurisconsulto brasileiro.

Em 1860, apareceu a *Prática do Processo Civil*, registrado, com júbilo, por Falcão Filho, na *Memória Histórica*, apresentada à Congregação da Faculdade em 1861.

Por seus méritos, e exclusivamente por eles, foi agraciado pela Coroa com a Ordem de Cristo (1874) e a Ordem da Rosa (1846). E nomeado Conselheiro do Império (1861).

Seguindo sua vocação política, tomou parte no Movimento Liberal de 1842, que teve em Sorocaba o seu foco mais evidente, reunindo, entre outras figuras do relevo do Padre Feijó, senador e ex-regente do Império; do Brigadeiro Tobias de Aguiar, deputado e duas vezes presidente da Província de São Paulo; da Marquesa de Santos. Aluísio de Almeida, em livro

clássico, descreve e analisa o grande movimento e a presença, nele, da pouco estudada Sociedade dos Patriarcas Invisíveis.

No que tange à prisão de Tobias, o Barão de Ramalho tinha sua versão bem clara:

“Em 1842 somente os conspiradores e um escravo de confiança do Tobias sabiam o roteiro da sua fuga, em caso de desastre. Pois a escolta do governo seguiu o caminho do chefe revoltoso, o que quer dizer que teve conhecimento dele por alguns dos conspiradores; entretanto, encontrou o escravo nesse caminho, ameaçou-o de morte, chegando a por-lhe ao pescoço um laço, como se o fosse enforcar e o negro nada disse sobre o paradeiro do seu amo.

Comparem-se esses dois modos de agir — conclui ele — e diga-se se se pode confiar em companheiros de revolução”.

E rematava:

“Eu não conspiro mais contra o poder constituído”.

A velhice — ou melhor, a idade — não abateu sua energia nem esmoreceu seu ânimo.

É Pânfilo de Assunção, em seu citado artigo, que conta:

“Quando foi publicado o novo *Código de Ensino*, ponderaram ao velho mestre que era conveniente pedir uma licença, porque sua idade não lhe permitiria estudar, para resolver as muitas dúvidas que surgiam.

Compreendo o plano, disse ele. Procedendo como me sugeriam, eu não faria mais do que confessar a minha inépcia para o cargo que exerço”.

E falou a quem assim aconselhava:

“Há engano. Não estou velho que não possa resolver dúvidas, mesmo quando não houvesse quem formulou o Código para ser consultado. Quais são as dúvidas?

— Estas, estas e estas. . .

— Pois bem, escreva.

Foi feita a consulta ao ministro e quatro dias depois estava tudo resolvido.

— Então, disse ele a quem lhe havia dado o conselho, não lhe dizia que ainda não estou tão velho como pensam?”

Numa ocasião, deu-se uma espécie de insubordinação dos alunos do Curso Anexo.

Lembraram ao Barão a conveniência de requisitar da polícia força para manter a ordem.

— Não requisito, respondeu ele. Não chamo soldado para conter estudantes. A minha polícia são os empregados do estabelecimento.

Ponderaram-lhe que os empregados não tinham ou não queriam ter a necessária energia com os estudantes.

— Baixe-se uma portaria — ordenou — determinando que os empregados vão para seus postos manter a ordem e o que não o fizer será demitido.

E a ordem restabeleceu-se, sem soldados.

Entre os grandes serviços que prestou, deve-se a ele a construção do prédio do Museu Paulista, o que lhe deu muito trabalho e não poucos aborrecimentos.

Na *Revista* desse Instituto (ano de 1895, vol. I, p. 5 e sgs.) há um trabalho seu sobre a Independência, seguido da *História do Monumento do Ipiranga e do Museu Paulista*, pelo Dr. H. von Ihering, que faz justiça ao Barão de Ramalho.

No ano de 1885, publicou o *Relatório do Monumento do Ipiranga* (São Paulo, Tipografia Baruel, Paupério e Cia.) que, na qualidade de presidente da comissão, divulgara no dia 7 de setembro desse milênio.

Aí está toda a história da construção do imponente prédio do Museu do Ipiranga e das dificuldades enfrentadas para vencer barreiras criadas pelo próprio governo. A idéia para erguer o monumento no lugar onde D. Pedro proclamou a Independência, nasceu logo após o 7 de setembro e arrastou-se durante todo o Império. Foi no dia 24 de setembro de 1824 que o Visconde de Congonhas do Campo (Lucas Antonio Monteiro de Barros) nomeou a primeira comissão para arrecadar fundos para a obra. No dia 12 de outubro de 1825 (aniversário de D. Pedro), a Câmara Municipal lançou a pedra fundamental. E daí até 1877 nada mais se fez. Nesse ano, porém, retomando o plano, nomeou-se nova comissão, esta sob a presidência de Ramalho e composta dos seguintes cidadãos: Falcão Filho, Diogo de Mendonça Pinto, Antonio de Aguiar Barros, Francisco Martins de Almeida, Conde de Três Rios, J.J. Vieira de Carvalho e Antonio Pinto do Rego Freitas.

A comissão citada tornou realidade o projeto.

Enfim, Joaquim Inácio Ramalho viveu longo e decisivo período da história nacional. De 1810 a 1903. Isto é, do Brasil-Colônia ao Brasil-República. Tinha 12 anos de idade quando foi proclamada a Independência, razão pela qual tão bem descreveu São Paulo nesse dia de glória, e 79

quando foi implantada a República. Viu a instalação da Faculdade de Direito de São Paulo, já agora com 17 anos e nessa Escola lecionou Direito. Conheceu Paulo Eiró, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Castro Alves; o Brigadeiro Tobias e a Marquesa de Santos; Rui, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves; Luís Gama, Américo Brasiliense e Antonio Bento. E Carlos Gomes. E tantos outros que fizeram e escreveram a História do Brasil. Participou da Revolução de 1842, que fez de Sorocaba a capital liberal de São Paulo. Viveu a Guerra do Paraguai. Lutou contra a escravidão da raça negra. Escreveu. Ensinou. Dirigiu. Foi parlamentar e presidente de província. Presidente da Assembléia Provincial e da Câmara Municipal. Diretor da Faculdade de Direito. Privou com Júlio Frank e acompanhou a luta e o drama de Badaró.

Fez para os outros mais do que para si.

E quase no fim da vida, quando enfermo, o presidente do Estado, Rodrigues Alves, fez-lhe uma visita por intermédio do seu ajudante de ordens. Restabelecido, foi a Palácio agradecer ao presidente a atenção que lhe dispensara. Rodrigues Alves, ao ver o velho mestre do qual fora aluno, comovido, fez-lhe as maiores demonstrações de respeito e carinho.

E o velho professor, professor dos homens mais ilustres deste país, na sua humildade e na sua grandeza, murmurava modestamente, ao sair do Palácio: "Eu não sei o que tenho feito para ser tratado com tanta consideração".

Quando São Paulo, em 1932, se ergueu em armas exigindo a constitucionalização do país, entre as ofertas feitas para a Campanha do Ouro estava o anel de grau do Barão de Ramalho. A Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito resgatou-o e o ofereceu, no dia 11 de agosto de 1933, à Faculdade, entregando-o ao seu então diretor, Prof. Alcântara Machado, para ser incorporado ao museu daquele instituto (Ernesto de Sousa Campos — *Instituições culturais e de educação superior no Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941, p. 312).

Era a presença do grande patriota na luta pelo primado do direito. Luta da qual nunca desertou.